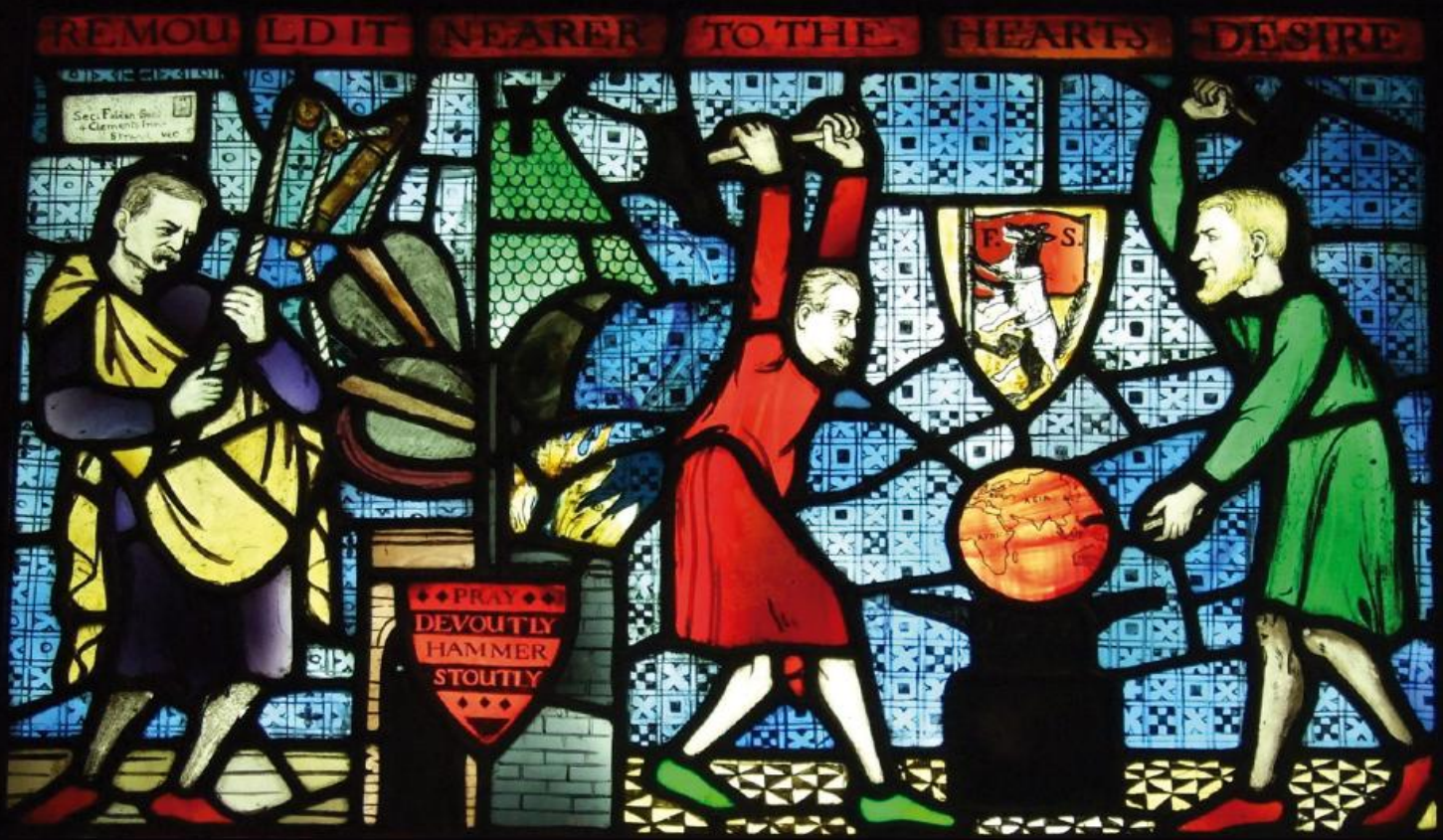
HILAIRE BELLOC



O ESTADO SERVIL



EDITORA DANÚBIO
Bookstore & Publishing House

O Estado Servil

Capa:

A imagem que ilustra a capa trata-se de um vitral projetado por George Bernad Shaw e cujo nome é *Janela Fabiana*. A peça foi retirada da casa de Beatrice Webb, em Surrey, Inglaterra, e hoje encontra-se na London School of Economics and Political Science, fundada em 1895 por membros da Sociedade Fabiana.

No topo do vitral é possível ler a última linha dum poema escrito por Omar Khayyam, matemático, astrônomo, filósofo e poeta persa:

> "*Dear love, couldst thou and I with fate conspire*
> *To grasp this sorry scheme of things entire,*
> *Would we not shatter it to bits, and then*
> *Remould it nearer to the heart's desire!*"

> "Querido amor, não poderíamos eu e você
> Conspirar com o destino para afastar completamente
> Este lamentável esquema das coisas?
> Não o despedaçaríamos por completo,
> Apenas o remodelaríamos ao nosso gosto!"

Abaixo deste trecho, no canto direito, vemos Sidney Webb e Bernard Shaw manipulando um globo incandescente, a Terra, recém-saído da fornalha alimentada por Edward R. Pease sendo martelada sobre uma bigorna, isto é, a construção de um novo mundo remodelado pela Sociedade Fabiana. Um escudo sobreposto à fornalha diz "*pray devoutly, hammer stoutly*" (ore devotadamente, martele fortemente). Acima da Terra um brasão com um lobo em pele de cordeiro. Na porção inferior da janela, ao lado esquerdo, podemos ver o historiador, filósofo e novelista britânico H. G. Wells consternado ao ver a burguesia ajoelhada parente uma pilha de livros que advogam as teorias socialistas.

O Estado servil

Hilaire Belloc

Editora Danúbio

© *The Servile State*: Hilaire Belloc, 1912
© Tradução: Fausto Machado Tiemann, 2017

Ficha Catalográfica

Belloc, Hilaire, 1870–1953
Estado servil, o / Hilaire Belloc; prefácio de Rhuan Reis do Nascimento; edição de Diogo Fontana e Jefferson Bombachim. — 1ª ed. — Curitiba, PR: Livraria Danúbio Editora, 2017; 180 pp.

ISBN: 978-85-67801-11-7

1. Ensaios. 2. História 3. Economia I. Título.

CDD – 900

Editor:
Diogo Fontana

Editor-assistente:
Jefferson Bombachim

Editoração:
Caterina Veneziano Pacce

Capa:
Matheus Bazzo

Distribuição:
CEDET - Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico
Rua Ângelo Vicentim, 70, Campinas/SP

Todos os direitos desta edição pertencem à Livraria Danúbio Editora Ltda.
CNPJ: 17.764.031/0001-11– Site: www. editoradanubio.com.br

Proibida toda e qualquer reprodução desta edição por qualquer meio ou forma, seja ela eletrônica ou mecânica, fotocópia, gravação ou qualquer outro meio de reprodução, sem permissão expressa do editor.

AGRADECIMENTOS

O editor agradece aos mecenas que viabilizaram esta edição:

Bráulio Mendes
Caio Ometto
Cristiano Xavier
Douglas Winck
Edivar Silva Sales Junior
Eduardo de Sousa Arandas
Emerson Marinho
Fabricio Esmeraldino de Jesus
Gabriel Albuquerque
Izabel Christina Ghermacovski
Jair Soares de Oliveira Segundo
Jéferson Passig
Josuel dos Reis Muniz
Lucas Mendes
Marcelo Guizzo
Marcelo Pasqualette
Matheus Sturari
Orlando Tosetto
Rodrigo Cassanta Rossi
Ronaldo Lucas da Silva
Silvano Fontes
Spartacus E. Bottaro Marques

Este livro foi publicado por meio de financiamento coletivo privado.
Nenhum centavo de dinheiro público foi usado pela editora.

ÍNDICE

Introdução à edição brasileira 9
Prefácio da terceira edição 17
Prefácio da segunda edição 19

Introdução

O assunto deste livro 29

Seção primeira

Definições 35

Seção dois

Nossa civilização era originalmente servil 51

Seção terceira

Como a instituição servil foi por um tempo dissolvida 59

Seção quarta

Como o estado distributivo ruiu 71

Seção quinta

A estado capitalista, na proporção que se torna mais perfeito, torna-se mais instável 89

Seção sexta

As soluções estáveis para esta instabilidade 101

Seção sétima

O socialismo é a solução aparentemente mais fácil para o dilema capitalista 107

Seção oito

Os reformadores e os reformados estão ambos se dirigindo para o estado servil 119

Seção nove

O estado servil já começou 149

Conclusão 173

INTRODUÇÃO À EDIÇÃO BRASILEIRA

Hilaire Belloc produziu uma vasta obra literária; algo em torno de 150 livros. Erudito, o autor anglo-francês versou sobre os mais variados assuntos. Embora seja hoje mais conhecido como historiador, também escreveu poemas, ensaios, relatos de viagens e até mesmo livros infantis.

É no mínimo curioso, portanto, que numa carta de 1936, destinada a um amigo norte-americano, Hilaire Belloc tenha dividido sua imensa obra em apenas duas categorias: "os trabalhos de viés financeiro, que faço para viver e que gastam sete oitavos de minhas energias e os trabalhos de ensino, que produzo para ensinar aqueles que sabem menos do que eu. Estes, entretanto, não me rendem dinheiro algum".[i] De início, cabe dizer que *O Estado Servil* pertence a essa segunda categoria. Trata-se de um livro sem pretensões financeiras, escrito com o claro intuito de alertar o povo inglês sobre os perigos da acumulação desenfreada da propriedade. Entretanto, antes de comentarmos essa obra, cabe falar um pouco mais sobre o autor, ainda pouco conhecido no Brasil.

[i] A carta citada foi enviada a Carl Schimdt, um amigo e leitor de Belloc, em 8 de julho de 1936. Na ocasião, Belloc tinha 65 anos. Essa e outras cartas do autor de *O Estado Servil* estão disponíveis no livro *Old Thunder: A life of Hilaire Belloc*, de Joseph Pearce.

Joseph Hilaire Pierre René Belloc nasceu em julho de 1870, em uma pequena cidade francesa chamada La Celle-Saint-Cloud. Era filho de um advogado francês, Louis Belloc, e de uma escritora e defensora da causa feminina, a inglesa Elizabeth Rayner Parkes, mais conhecida como Bessie. Hilaire também tinha uma irmã, Marie Adelaide Belloc, que se tornou uma grande romancista. Aos dois anos de idade, seu pai, Louis, veio a falecer. Com isso, Bessie e seus filhos se mudaram para a Inglaterra. A família, no entanto, passaria seus verões na França, de modo que Belloc nunca se afastou definitivamente de suas raízes francesas.

Quando criança, Belloc frequentou o Cardinal Newman's Oratory School, onde estreitou seus laços com o catolicismo e destacou-se por seus conhecimentos em relação aos autores clássicos da literatura. Após deixar o colégio e servir o exército francês, Belloc se matriculou no Balliol College, em Oxford, onde se formou com distinção máxima em história. Ainda nesse período, suas habilidades como escritor e orador levaram-no à presidência da Oxford Union, a tradicional sociedade de debates da Universidade.

Apesar de suas conquistas acadêmicas, Hilaire Belloc foi reprovado nos exames que prestou objetivando uma bolsa de estudos no All Souls College. Ele suspeitava que sua condição de católico tivesse influenciado negativamente o resultado. De fato, o modo público como Belloc vivia sua fé católica, em um ambiente dividido entre o secularismo e o protestantismo, fechou-lhe outras portas. Como quando se candidatou à cadeira de história da Universidade de Glasgow, tendo então recebido uma carta do reitor onde leu que 'sua religião constituía um impedimento absoluto para sua eleição ao cargo". Frustrado por não conseguir ingressar na carreira acadêmica e sendo constantemente assombrado pelas dificuldades financeiras, Belloc tomou a escrita como profissão. Fato que justifica sua

numerosa obra e que também elucida sobre a primeira das categorias citadas pelo autor.

Como escritor, Belloc alcançou notoriedade em 1896, com o livro infantil *The Bad Child's Book of Beasts*, que vendeu quatro mil cópias em três meses. Posteriormente, publicou *More Beasts (for worse children)* (1897), *The Modern Traveler* (1898) e *A Moral Alphabet* (1899). Todos compostos por divertidos versos e ilustrados por Basil Blackwood. Ao final daquela década, a revista *Academy* colocou os escritos de Belloc no mesmo nível das obras de Lewis Carroll, o ilustre autor de *Alice no país das maravilhas.* E por falar em autores ilustres, cabe mencionar que H. Belloc foi amigo próximo de personalidades como W. G. Wells, G. B. Shaw e Gilbert Keith Chesterton. Com este, Belloc construiu uma amizade tão sólida que ambos foram, e ainda são, frequentemente retratados como uma só figura – um monstro biforme que responde pelo nome de "ChesterBelloc". Ademais, Belloc propiciou a Chesterton a honra e a responsabilidade de batizar seu quinto e último filho, que recebeu o nome de Peter Gilbert, em homenagem ao padrinho. Já Chesterton, que não teve filhos, dedicou uma de suas mais conhecidas obras a H. Belloc, *O Napoleão de Notting Hill.*

Para complementar a renda e garantir o sustento de sua família, Belloc ministrava conferências, dentro e fora da Inglaterra, e escrevia para os periódicos de sua época. Além disso, como havia se naturalizado inglês em 1902, candidatou-se ao Parlamento pelo Partido Liberal. Foi eleito em 1906 por South Salford, destacando-se rapidamente por criticar as decisões de seu próprio partido. Apesar de sua crescente popularidade, que potencializou a venda de seus livros, Belloc logo se desiludiu com a política partidária, deixando-a definitivamente em 1910.

Aliás, dizer que Belloc deixou a política partidária não significa dizer que ele deixou a política. Pelo contrário. Era a desconsideração

das demandas populares e a falta de correspondência prática das discussões parlamentares que incomodavam o escritor. Sendo assim, ao deixar a Câmara dos Comuns, Belloc passou a advogar por seus princípios – políticos e religiosos – em outras frentes. Sobretudo, através da escrita daqueles que denominou como seus "trabalhos de ensino".

Como já dito anteriormente, *O Estado Servil* é um dos mais importantes livros dessa categoria, ainda que não tenha sido o primeiro. Antes dele, Belloc havia escrito, juntamente com Cecil Chesterton (irmão de G. K. Chesterton), *The Party System* (1911), obra destinada a expor os problemas e limitações do sistema político inglês.

O Estado Servil, por sua vez, surgiu como fruto de um debate protagonizado por Hilaire Belloc e Ramsay MacDonald, líder do Partido Trabalhista, em 1911. Na ocasião, o assunto em questão era a eficácia das leis destinadas a garantir a segurança social, que originaram o que conhecemos hoje como Previdência Social. Principalmente aquelas sugeridas no projeto de reforma apresentado por Lloyd George, que na época ocupava o posto de Ministro das Finanças.

MacDonald via nessas leis a possibilidade de instauração de um estado de bem-estar social que, posteriormente, seria convertido em um estado socialista. Belloc, em oposição, acreditava que as leis sociais apenas formalizariam e perpetuariam a condição de servidão vivida pela maioria dos ingleses. Em outras palavras, o ponto levantado por Belloc é que a emergência de leis sociais não estabelece o socialismo, mas fortalece a divisão entre a classe possuidora e a classe dos despossuídos, forçando os segundos a servirem aos primeiros em troca de baixos salários.

Naquele mesmo ano, os discursos proferidos pelos dois debatedores foram publicados em um panfleto intitulado *O*

Socialismo e o Estado Servil. No ano seguinte, 1912, Belloc ampliou os argumentos que utilizou no debate, acrescentou mais dados a sua análise do sistema capitalista, e publicou o livro que agora recebe sua primeira tradução para o português.

De início, as teses trazidas por Belloc em *O Estado Servil* fugiram tanto do debate político habitual que o autor sequer foi compreendido. Isso, porém, não impediu que ele fosse amplamente criticado. Em sua *Autobiografia,* Chesterton comenta o caso, afirmando que "antes de criticar o que Belloc havia escrito, os críticos começaram a criticar o que Belloc provavelmente havia escrito". Até por isso, em 1913, Belloc escreveu um novo prefácio para a segunda edição, respondendo algumas das críticas feitas ao seu livro.

Em pouco tempo, no entanto, o livro de Belloc frutificou. Pensadores importantes do socialismo inglês como os jornalistas W. R. Titterton e Cecil Chesterton, o escritor Maurice Reckitt e o artista Eric Gill abandonaram sua antiga crença política curvando-se aos argumentos de Hilaire Belloc.

Fossem estes todos os frutos dessa obra, Belloc já mereceria nossa atenção. Entretanto, o autor foi além. Ao denunciar a tendência monopolista do capitalismo e ao desacreditar o socialismo como autêntica alternativa, Belloc propõe, ainda que de modo embrionário, um novo caminho: o distributismo, que nada mais é do que uma teoria econômica fundamentada nos princípios expostos pelo papa Leão XIII na Encíclica *Rerum Novarum*.

O ponto central do distributismo é a defesa da pequena propriedade, entendida como condição básica ao desenvolvimento do homem, ao exercício da liberdade e ao atingimento da sua felicidade. Os distributistas entendiam que a raiz dos males ingleses estava na acumulação da propriedade, propiciada pela emergência do sistema capitalista. Diferente dos socialistas, que advogavam por uma maior centralização da propriedade nas mãos dos agentes do Estado, Belloc

e os distributistas defendiam a descentralização e a maior distribuição da posse.

O distributismo ganhou força em meados da década de 1920, quando foi fundada a Liga Distributista e a *G.K.'s Weekly*. A primeira era uma sociedade de intelectuais inclinada à formulação e difusão das idéias distributistas. Suas principais atividades constituíam na promoção de debates e na publicação de livros e panfletos. A segunda, por sua vez, foi uma revista semanal que funcionou como órgão oficial de propaganda da Liga.

Todos os números da *G.K.'s Weekly* traziam uma página destinada à captação de membros para a Liga. Nela, abaixo de uma pequena descrição dos princípios defendidos pelo distributismo, havia uma pequena lista de obras para que os possíveis interessados pudessem conhecer mais do ideal econômico. É interessante notar que, em mais de 600 números publicados, *O Estado Servil* sempre ocupou o topo da dita lista.

Posteriormente, o próprio Belloc o retomou, atualizou e aprofundou as idéias distributistas em obras como *O Ensaio sobre a Restauração da Propriedade* (1936) e *As Crises da Nossa Civilização* (1937). Além dele, Chesterton, Arthur Penty, Vincent McNabb e outros distributistas publicaram livros sobre o ideal econômico, que recentemente encontra eco nos escritos de intelectuais como Joseph Pearce e Fabrice Hadjadj.

Por fim, cabe fazer um comentário sobre a atualidade de *O Estado Servil*. Afinal, trata-se de uma obra que foi publicada pela primeira vez há mais de 100 anos, mas que parece descrever os dias de hoje. Nessa perspectiva, a análise feita por Belloc do capitalismo e do socialismo soa quase profética. Ao dizer, por exemplo, que o sistema capitalista se conserva por meio de pequenas concessões e afrouxamentos, Belloc lança luz, lá em 1912, sobre uma questão que ainda gera angústia nas esquerdas atuais: a da impossibilidade de

atingir o socialismo por vias graduais. Para o autor, que escrevia antes do surgimento da URSS, a estatização plena dos meios de produção era improvável e insustentável. O máximo que os socialistas tentariam/conseguiriam seria regulamentar o sistema capitalista, formalizando a servidão, privilegiando os monopólios frente às pequenas empresas, facilitando os acordos entre os governantes e os grandes empresários e inibindo a iniciativa individual e familiar. Atual, não?

Diante disso, só nos resta dizer que se *O Estado Servil* diz tanto sobre nosso presente, talvez seja porque continuamos a cometer os mesmos erros denunciados por Belloc no passado.

Rhuan Reis do Nascimento
Professor e historiador.

PREFÁCIO DA TERCEIRA EDIÇÃO

Este livro apareceu pela primeira vez no ano que precedeu a Guerra.[ii] Essa catástrofe ainda não havia se abatido sobre nós quando uma nova edição se fez necessária. Os anos anormais que seguiram não eram nada propícios ao pensamento econômico em geral, que se encontrava por demais absorto nas perturbações econômicas imediatas. No entanto, dizem-me que uma terceira edição é necessária, e me alegro de que seja assim, pois tenho a convicção de que o tema tratado é a principal questão política dos nossos dias.

Não mudei em nada o texto, sequer os termos de uso corrente antes da Guerra, dado que as questões de interesse passageiro pouco afetam uma exposição geral desta natureza e a tendência geral a que se refere. Nem mesmo modifiquei o parágrafo no qual digo que o coletivismo de Estado não serve como exemplo probatório, pois a Revolução Russa, que se produziu quatro anos depois de aparecer a primeira edição deste livro,[iii] não deu lugar a um estado coletivista, mas, pelo contrário, a um Estado que em sua quase totalidade – uns

[ii] Belloc comete um lapso, como se o tivesse publicado em 1913 e não em 1912, ano da primeira edição.

[iii] Novamente o mesmo lapso do autor: a Revolução ocorreu cinco anos após a publicação da obra.

90% – foi por ele mesmo reconhecido como um Estado de proprietários rurais.

Tampouco nos pareceu valer a pena sublinhar, por ser óbvio a todos, os pontos nos quais se avançou, desde a primeira edição, rumo ao Estado Servil, a saber: o rápido crescimento do monopólio, por um lado, e, por outro, as novas disposições destinadas a assegurar ao proletariado o sustento necessário e a tranqüilidade quanto ao futuro; ao que poderia se agregar as exigências crescentes de uma máquina estatal que impossibilita uma ação conjunta do proletariado.

Em determinado momento, para dizer a verdade, pensei que seria conveniente acrescentar algumas palavras acerca do termo "propriedade", a fim de esclarecer que sua ampla distribuição em porções insignificantes não apenas não debilitava mas fortalecia o capitalismo. Todos possuem algo. Até o mendigo possui seus sapatos furados. A essência do capitalismo está fundada no declínio das pequenas fazendas e na recusa em conceder à maioria a posse de propriedades significativas. Como eu disse, cogitei tornar isto mais nítido mediante o acréscimo de umas poucas páginas de exposição mais extensa. Decidi, porém, após alguma hesitação, deixar as coisas como estavam, considerando que aquelas pessoas a quem interessa o apelo em favor da pequena propriedade – aquelas a quem nossa imprensa capitalista confunde com a simples menção de quantos cidadãos possuem ações da indústria ferroviária ou títulos da dívida pública – não eram as mais indicadas para sustentar uma discussão em matéria de economia.

Hilaire Belloc

1º de janeiro de 1927

PREFÁCIO DA SEGUNDA EDIÇÃO

COM O LANÇAMENTO DE UMA segunda edição deste livro o autor talvez possa ser desculpado por acrescentar, à guisa de prefácio, umas poucas palavras sobre a tese que sustenta e o método através do qual esta tese foi desenvolvida.

Parece ainda mais necessário fazê-lo porque uma apreciação minuciosa das críticas e das outras opiniões de que ele tomou conhecimento, convence-o de partes do seu argumento são susceptíveis de interpretação distorcida. Seria uma lástima corrigir tais más interpretações introduzindo modificações em um livro terminado; umas poucas palavras escritas aqui como prefácio servirão suficientemente ao propósito.

Primeiro: eu assinalaria que as teses deste livro não têm relação com as acusações comumente levantadas contra os socialistas (isto é, aos coletivistas) de que a vida em um Estado socialista seria de tal modo submetida à regulação e à ordem que resultaria demasiado opressiva. Nada tenho eu que ver no presente livro com esta comum objeção às reformas defendidas pelos socialistas, e isto tampouco se relaciona com os meus argumentos. Este livro não discute o Estado socialista. Com efeito, constitui o centro de minha tese a afirmação de que nós não estamos nos aproximando do socialismo, mas sim de um estágio muito diferente, a saber: de uma sociedade na qual a classe capitalista será ainda mais poderosa e gozará de muito mais

segurança do que no presente; uma sociedade na qual a massa do proletariado não sofrerá nenhuma regulação em especial, seja opressiva ou beneficente, mas na qual verá a alteração do seu status, perdendo a liberdade legal que tem hoje e vendo-se submetida ao trabalho compulsório.

Em segundo lugar, rogo aos meus leitores que não creiam que coloco essa tese como um alerta ou um quadro sombrio. Em nenhuma parte do livro digo que o reestabelecimento da escravidão seria mau em comparação com nossa inseguridade presente, e ninguém tem o direito de ler semelhante opinião neste livro. Pelo contrário, digo com bastante clareza que, segundo meu modo de pensar, a tendência para o reestabelecimento da escravidão se deve meramente ao fato de que as novas condições podem ser consideradas mais toleráveis do que as condições que vigoram sob o capitalismo. Qual regime social se poderia com razoabilidade preferir -- o reestabelecimento da escravidão ou a conservação do capitalismo -- constitui um vasto tema para outro livro, porém essa alternativa não concerne a este volume nem à tese que nele é sustentada.

Por fim, peço aos meus leitores socialistas por convicção que não interpretem mal o meu juízo acerca do que o seu movimento vem fazendo. Os escritores mais capazes e sinceros do socialismo britânico, escrevendo sobre este livro, disseram que o autor tinha tomado erroneamente por socialismo a "reforma social" dos políticos profissionais, e que embora esta "reforma social" possa tender ao reestabelecimento do trabalho obrigatório em benefício de uma classe detentora de bens, o socialismo não teria esta intenção e tendência.

Vejamos, em nenhum momento eu incorri nesse erro. O que eu disse neste livro é que o objetivo dos socialistas (algo muito claro e simples: a alocação dos meios de produção nas mãos dos políticos para que eles administrem em nome e proveito da comunidade) na

prática não vem sendo executado; de fato, não estamos nos aproximando da propriedade coletiva dos meios de produção, mas sim, pelo contrário, aproximamo-nos velozmente do estabelecimento do trabalho obrigatório para uma maioria de indivíduos sem liberdade ou propriedade, em benefício de uma minoria de proprietários livres. E digo que esta tendência se deve ao fato de que o ideal socialista, em conflito com um capitalismo que é por ele modelado, acaba por produzir uma terceira realidade muito diferente, a saber: o Estado servil. Como é importante deixar bem claro este ponto, e talvez seja necessário o uso duma metáfora, apresentarei uma.

Um viajante com um desejo sincero de escapar do clima frio das montanhas concebe o plano óbvio de dirigir-se para o Sul, onde encontrará terras mais baixas e amenas. Com este projeto em mente, ele se depara com um rio que corre para o Sul, e diz: "Se eu viajar por esse rio, alcançarei meu objetivo mais rapidamente". Alguém que tenha estudado a natureza dessa região montanhosa poderá dizer-lhe: "Estás errado. Os mesmos males que tentas evitar, isto é, as montanhas, estão de tal modo estruturadas que em pouco tempo as verá desviando novamente o curso deste rio ao Norte. Com efeito, se olhares tua bússola, verás que entraste já na grande curva".

O viajante é o socialista. O Sul ao qual deseja chegar é o Estado coletivista. O rio é a moderna "reforma organizada". A comarca setentrional onde o rio da montanha encontrará finalmente um leito tranqüilo é uma sociedade assentada sobre o trabalho obrigatório.

Um homem que falasse com este viajante não negaria a sinceridade de seu propósito de dirigir-se para o Sul, nem sequer sua crença de que o rio o levará nesta direção; a única coisa que negaria seria o fato de que o rio efetivamente o levaria lá.

Há somente uma discrepância neste paralelo: o viajante da metáfora, convencido do seu erro, poderia abandonar o rio e chegar

ao Sul por terra. Isto equivaleria, no caso do socialista, a uma ousada política de confiscação, à transferência dos meios de produção dos controladores atuais para a mão de políticos para que os administrassem em nome e proveito da coletividade.

Não nego em parte alguma do meu livro que isto em tese seja possível, tal como é possível que no dia de amanhã todos os ingleses guardem voto silêncio por vinte e quatro horas e o cumpram. O que afirmo é que nada deste tipo alguma vez foi feito, sequer algo parecido com isso, e que tampouco algo assim encontra-se em curso no momento. E ainda mais — o que é de capital importância —, digo que a cada novo passo dado no sentido das atuais mudanças em nossa sociedade industrial torna-se cada vez mais difícil reorientar esses passos, abandonar os métodos aceitos, e buscar o ideal coletivista. O caminho da confiscação, o único modo pelo qual o socialismo pode alcançar a sua meta, revela-se mais e mais remoto à medida em que são sancionadas reformas econômicas novas e positivas, empreendidas, recorde-se bem, com o apoio e aconselhamento dos próprios socialistas.

Tais são portanto os três pontos principais em que, creio eu, produziu-se más interpretações, e contra as quais espero poder alertar o leitor. Em resumo:

1. A má interpretação de eu que teria usado o termo "servil" em algum modo retórico, no sentido de "insuportável" ou "opressivo", quando somente tratei de usá-lo dentro dos limites de minha definição, ou seja, que o trabalho é "servil" quando não ocorre em virtude de um contrato, mas pela coação de uma lei positiva vinculada ao status de trabalhador, e é executado em benefício de outros que não estão submetidos a tal condição.

2. A má interpretação de que se anuncia o advento do Estado servil somente como uma alerta ou com um sinal de perigo: minha

missão com este livro é dizer como e porque estamos aproximando-nos deste Estado, não se devemos ou não irmos em sua direção.

3. A má interpretação de que formulei erroneamente os fins e convicções dos socialistas. Estes fins e convicções são muito simples, e não sustento que sejam ilusórios ou duvidosos, mas que na verdade não estamos nos encaminhando em direção deles, e que, com efeito, a doutrina socialista na sociedade capitalista consiste na produção de uma terceira coisa distinta das outras duas que a gestaram, quer dizer: o Estado servil.

Ademais destes três pontos principais, e tendo em conta algumas críticas menos inteligentes suscitadas pelo livro, devo mencionar uma ou duas questões mais.

A primeira: meu argumento de que a escravidão vinha sendo lentamente transformada, e que o velho Estado servil pagão, sob a influência da Igreja Católica, aproximava-se lentamente de um Estado distributivo, não é um apelo especial destinado somente a dar satisfação aos meus correligionários, mas sim um fato histórico evidente que qualquer um pode corroborar por si mesmo, e que muitos consideram, mais que como um progresso, como um prejuízo causado à humanidade o advento desta religião. Seja a instituição servil uma coisa má ou boa é certo que, na realidade, desapareceu paulatinamente enquanto se desenvolvia a civilização católica; e que, também no plano dos fatos, começou a renascer onde quer que a civilização católica tenha cedido terreno.

Tampouco disse que a meta de um Estado distributivo completamente livre tenha sido alcançada algum dia. Somente disse que estava em processo de formação quando, no século XVI, a fratura de nossa civilização européia unitária deteve o seu curso e a substituiu, pouco a pouco, especialmente neste país, pelo capitalismo.

A segunda: os exemplos do rápido incremento da regulação estatal e da iniciativa do Estado ou do município entre nós outros obviamente não invalidam o meu argumento. Mesmo que estejam fundadas em uma política de confiscação, constituem em exemplo tão apropriado de socialismo quanto a explosão da pólvora pode constituir exemplo de guerra. São "esforços socialistas" ou "começos" ou "experimentos socialistas" tanto quanto os fogos de artifício do Crystal Palace são esforços "militares" ou "começos" ou "experimentos militares". O socialismo, certamente, englobaria tais regulações e tais empresas municipais, assim como a guerra envolve a explosão de pólvora; porém, de modo algum constituem a sua essência. Esta essência consiste em conferir aos políticos a gestão do que hoje é privado. Quando a gestão de empresas estatais, acompanhada da regulação municipal e governamental, baseia-se em empréstimos, no lugar de fundar-se na confiscação, e ainda mais, em empréstimos idealizados para evitar a confiscação, não estamos senão ante uma negação do socialismo; e tive já ocasião de mostrar como as tentativas de dissimular a índole capitalista de tais operações mediante o artifício dos fundos de amortização e coisas de mesma índole são logicamente inúteis. Não se pode "comprar" o capitalismo.

Não preciso indicar os passos que foram tomados, inclusive no breve prazo transcorrido desde que veio à luz este meu livro, na direção do que me propus a explicar. Temos já *Wages Boards*[iv] em uma grande indústria; e em breve teremos também em outras. Temos já o registro do proletariado, com nome, domicílio, mudança de residência, condição de saúde, "simulação de doença", real ou suspeita, propensão a este ou àquele vício (como ser alcoólico), hábitos domésticos, natureza do emprego, e assim sucessivamente,

[iv] Organizações não-estatais que regulavam os salários dos trabalhadores britânicos.

sem que falte quase nada; registro imposto pelas classes mais abastadas, que são as beneficiárias efetivas da *Poll Tax*[v] na qual este registro se funda. Temos através das *Labour Exchanges*[vi] um sistema que logo estará completo e mediante o qual todo membro da classe proletária será finalmente registrado como trabalhador, a sua frequência ao trabalho será monitorada, e todos ficarão sabendo de suas tendências à rebelião contra o Capital, até que ponto está disposto a servir ao Capitalismo, se recusou-se alguma vez a servir, quando o fez, e, neste caso, onde e porquê.

O leitor terá interesse em observar, entre as vicissitudes e reações dos últimos anos, o lento aperfeiçoamento deste sistema de registro e fiscalização do proletariado, com sua necessária e fatal progressão para a meta do trabalho obrigatório. Mas que creio que para ser justo com o meu livro devo assinalar a este mesmo leitor o significado de suas páginas finais. Nenhuma mudança na sociedade europeia é completa a menos que seja universal por toda a Europa. O capitalismo não é universal; ele desenvolve-se em graus variados nas diferentes partes do continente; o advento da servidão, portanto, é uma probabilidade que varia conforme a região. É evidente que o exemplo da liberdade econômica pode futuramente transformar, e certamente irá limitar, as parcelas da sociedade europeia que se encaminham para o retorno da escravidão. Mas a tendência ao reestabelecimento da escravidão como um desenvolvimento necessário do capitalismo é patente em qualquer lugar onde o capitalismo tenha poder, e em nenhum lugar isto é mais intenso do que na Inglaterra.

Hilaire Belloc Kings Land, Shiply,
Horsham, Sussex, 1913

[v] Imposto de capitação.

[vi] Espécie de agência de empregos estatal com a finalidade de ajudar os trabalhadores a conseguir uma recolocação no mercado de trabalho. Foi estabelecida em 1909.

"...Se não restaurarmos a instituição da propriedade, não escaparemos de restaurar a instituição da escravidão; não há terceira via."

HILAIRE BELLOC

Para

E. S. P. HAYNES

INTRODUÇÃO

O ASSUNTO DESTE LIVRO

ESTE LIVRO FOI ESCRITO PARA sustentar e provar a seguinte verdade: Que a nossa sociedade moderna e livre, na qual os meios de produção são de propriedade de poucos, está necessariamente em equilíbrio instável, e tende a alcançar uma condição de equilíbrio estável *pela instauração do trabalho compulsório, legalmente imposto sobre os que não detêm os meios de produção, em benefício daqueles que os detêm*. Com este princípio de coerção aplicado aos não-proprietários, deve acompanhar uma diferença de *status*; e aos olhos da sociedade e de sua legislação positiva, os homens serão divididos em dois grupos: o primeiro, econômica e politicamente livre, detentor dos meios de produção e seguramente confirmado desta posse; o segundo, econômica e politicamente não-livre, mas inicialmente assegurado, por sua própria ausência de liberdade, quanto a algumas necessidades vitais e um patamar mínimo de bem-estar, abaixo do qual não cairá.

A sociedade, tendo alcançado tal condição, seria libertada de suas atuais amarras internas e assumiria uma forma estável: ou seja, capaz de se prolongar indefinidamente sem mudanças. Nela seriam resolvidos os diversos fatores de

instabilidade que perturbam excessivamente a forma de sociedade chamada *capitalista*, e os homens ficariam satisfeitos em aceitar e permanecer em tal arranjo.

Para tal sociedade estável, por razões que serão descritas na próxima seção, darei o título de Estado Servil.

Não me arrogarei o papel de julgar se essa iminente forma de organização de nossa sociedade moderna é boa ou má. Me preocuparei apenas em mostrar a necessária tendência nesta direção, há muito existente, e as recentes provisões sociais que mostram que, na realidade, ela já começou.

Este novo estado será aceitável para aqueles que desejam, conscientemente ou por implicação, a restauração entre nós de uma diferença de *status* entre detentor e não-detentor: será desagradável para os que vêem tal distinção com maus olhos ou com assombro.

Meu trabalho não será discutir com esses dois tipos de pensadores modernos, mas apontar, para ambos e cada um, que, aquilo que o primeiro aprova e o segundo recusa, já se instaurou sobre eles.

Provarei minha tese partindo em particular do caso da sociedade industrial da Grã-Bretanha, incluindo aquele pequeno rincão da Irlanda, excepcional e estrangeiro, que sofre ou goza das condições industriais atualmente.

Dividirei, assim, a matéria:

1. Estabelecerei certas definições.

2. A seguir, descreverei a instituição da escravidão e o Estado Servil do qual é a base, tal como no mundo antigo.

Irei então:

3. Esboçar brevemente o processo pelo qual aquela antiqüíssima instituição da escravidão foi lentamente dissolvida durante os séculos cristãos, e pelo qual o sistema medieval resultante, fundado sobre a propriedade altamente fracionada dos meios de produção.

4. Mostrarei como foi desmantelado em certas áreas da Europa conforme se aproximava da consumação, e substituído, na prática, mas não na teoria legal, por uma sociedade fundada no *capitalismo*.

5. Então, mostrarei como o capitalismo era por sua própria natureza instável, uma vez que suas realidades sociais estavam em conflito com todos os sistemas legais possíveis ou existentes, e porque seus efeitos no sentido de negar a *subsistência* e a *segurança* eram intoleráveis para os homens; e como, sendo assim *instável*, ele criou conseqüentemente um *problema* que demandava uma solução: a saber, a instauração de alguma forma estável de sociedade, cuja lei e prática social correspondam, e cujos resultados econômicos, pelo provimento da *subsistência* e da *segurança*, sejam toleráveis à natureza humana.

6. Apresentarei, em seguida, as três únicas soluções possíveis:

a) O Coletivismo, ou transferência dos meios de produção para as mãos dos agentes políticos da comunidade.

b) A propriedade, ou restauração de um Estado Distributivo no qual a massa dos cidadãos detenham em grande proporção os meios de produção.

c) A escravidão, ou um Estado Servil, no qual aqueles que não detêm os meios de produção sejam legalmente obrigados a trabalhar para os que os detêm, em troca de uma subsistência segura.

Ora, dada a aversão que os resquícios de nossa longa tradição cristã nos instilaram para uma defesa direta da terceira solução e um apoio franco à restauração da escravidão, apenas os dois primeiros caminhos estão abertos aos reformadores: uma reação na direção de uma condição de propriedade bem repartida, ou o *Estado Distributivo*; ou uma tentativa de alcançar o *Estado Coletivista* ideal.

Pode-se mostrar facilmente que esta segunda solução apela com mais naturalidade e facilidade a uma sociedade já capitalista, por conta da dificuldade que tal sociedade tem de encontrar a energia, a vontade e a visão requeridas para a primeira solução.

7. Demonstrarei então como a busca deste Estado Coletivista ideal, que é engendrado pelo capitalismo, leva os homens que atuam na sociedade capitalista não em direção ao Estado Coletivista ou qualquer coisa semelhante, mas a esta terceira coisa totalmente diversa: o *Estado Servil*.

À oitava seção acrescentarei um apêndice mostrando como a tentativa de alcançar o coletivismo gradualmente, através de aquisições públicas, baseia-se numa ilusão.

8. Reconhecendo que o argumento teórico, embora intelectualmente convincente, não é suficiente para estabelecer minha tese, concluirei dando exemplos da

legislação inglesa moderna, exemplos estes que provam que o Estado Servil está efetivamente instalado entre nós.

SEÇÃO PRIMEIRA

DEFINIÇÕES

O HOMEM, COMO OS DEMAIS organismos, só pode viver pela transformação do seu ambiente em benefício próprio. Ele deve transformar o ambiente de uma condição em que é menos para uma condição que é mais satisfatória de suas necessidades.

Esta transformação, consciente e inteligente, do ambiente, própria da peculiar inteligência e faculdade criativa do homem, chamamos de *produção de riqueza*.

Riqueza é a matéria que foi transformada, de forma cônscia e inteligente, de uma condição em que é menos útil para uma condição em que é mais útil a uma necessidade humana.

Sem riqueza, o homem não pode existir. A produção desta é-lhe uma necessidade, embora abranja desde o menos até o mais necessário, e mesmo aquelas formas de produção que chamamos de luxos, ainda assim, em qualquer sociedade humana, há um certo *tipo* e uma certa *quantidade* de riqueza sem a qual não pode haver vida humana: como, por exemplo, na Inglaterra atual, certas formas elaboradas de comida, roupa, calor e habitação.

Portanto, controlar a produção de riqueza é controlar a vida humana mesma. Negar ao homem a oportunidade de produzir riqueza é negar-lhe a oportunidade de viver; e, de modo geral, a forma na qual a produção de riqueza é por lei permitida é a única forma pela qual os cidadãos podem existir legalmente.

A riqueza só pode ser produzida pela aplicação de energia humana, mental e física, sobre a matérias e forças da natureza que nos circundam.

Esta energia humana, assim aplicável ao mundo material e suas forças, chamamos de *trabalho*. Quanto a estas forças materiais e aquelas forças naturais, nós as chamaremos, para fins de brevidade, por um termo estreito, mas convencionalmente aceito: *terra.*

Ter-se-ia a impressão, portanto, de que todos os problemas ligados à produção de riqueza, e toda discussão a respeito, não envolvem senão dois fatores originários principais, a saber, *trabalho* e *terra.* Acontece, porém, que a ação consciente, artificial e inteligente do homem sobre a natureza, correspondendo a seu caráter peculiar em contraste com os outros seres criados, introduz um terceiro fator de suma importância.

O homem cria riqueza através de métodos engenhosos, de complexidade variável e, muitas vezes, crescente, e se socorre da construção de *implementos*. Estes logo se tornam, em cada novo setor da produção, tão verdadeiramente necessários para essa produção quanto o *trabalho* e a *terra.* Ademais, todo processo de produção leva certo tempo; durante esse tempo, o produtor deve ser alimentado, vestido, abrigado e tudo o mais. Deve haver, portanto, um *acúmulo de riqueza* criada no passado, e reservado com o objetivo de sustentar o trabalho durante o esforço de produzir para o futuro.

Seja na fabricação de um instrumento ou ferramenta, seja na separação de uma reserva de mantimentos, o *trabalho* aplicado à *terra* para quaisquer desses propósitos não está produzindo riqueza para consumo imediato. Está separando e reservando algo, e este *algo* é sempre necessário em proporções variadas, de acordo com a simplicidade ou complexidade da produção de riqueza em uma sociedade econômica.

Para tal riqueza reservada e separada para os propósitos de produção futura, e não para consumo imediato, seja na forma de instrumentos e ferramentas, seja na forma de reservas para a manutenção do trabalho durante o processo de produção, damos o nome de *capital*.

Existem, então, três fatores na produção de toda a riqueza humana, os quais podemos chamar convencionalmente de *terra, capital* e *trabalho*.

Quando falamos de *meios de produção*, referimo-nos a terra e capital combinados. Logo, quando dizemos que um homem está "destituído dos meios de produção", ou não pode produzir riqueza salvo pela permissão de quem "detém os meios de produção", queremos dizer que ele é senhor apenas de seu trabalho, e não tem nenhum controle, em qualquer quantidade proveitosa, sobre o capital, ou a terra, ou ambos combinados.

Um homem politicamente livre, ou seja, que usufrui do direito legal de empregar suas energias quando lhe convém (ou não empregar de forma alguma, se não convém), mas não detentor, por direito legal, do controle sobre qualquer quantidade proveitosa dos meios de produção, chamamos de *proletário*, e qualquer classe considerável composta de tais homens, chamamos de *proletariado*.

Propriedade é um termo usado para um arranjo social em que o controle da terra e da riqueza obtida da terra, incluindo, portanto, todos os meios de produção, é conferido a alguma pessoa ou corporação. Assim, podemos dizer de um prédio, incluindo a terra sobre a qual ele se encontra, que este é "propriedade" de tal ou qual cidadão, ou família, ou colégio, ou do Estado, significando que aqueles que "detêm" tal propriedade estão garantidos por lei do direito de usá-la ou abster-se de usá-la. *Propriedade privada* é a riqueza (incluindo os meios de produção) que pode, pelos arranjos da sociedade, estar sob controle de pessoas ou corporações outras *que não são* os órgãos políticos dos quais estas pessoas ou corporações são, em outros aspectos, membros. O que distingue a propriedade privada não é que o seu detentor seja menos que o Estado, ou seja apenas uma parte do Estado (pois se assim fosse deveríamos tratar da propriedade municipal como propriedade privada), mas sim que o proprietário possa exercer seu controle sobre ela em vantagem própria, e não como fiel depositário da sociedade, nem da hierarquia das instituições políticas. Assim, o Sr. Jones é um cidadão de Manchester, mas não detém sua propriedade privada enquanto cidadão de Manchester; ele a detém enquanto Sr. Jones, e se a casa ao lado da sua for de propriedade do município de Manchester, este a detém apenas por ser um corpo político que representa toda a comunidade da cidade. O Sr. Jones pode se mudar para Glasgow e ainda assim manter sua propriedade em Manchester, mas o município de Manchester só pode deter propriedades em vínculo com a vida política corporativa da cidade.

Uma sociedade ideal na qual os meios de produção estejam nas mãos dos agentes políticos da comunidade,

chamamos de *coletivista*, ou, de modo mais genérico, *socialista.*[7]

Uma sociedade na qual a propriedade privada da terra e do capital, ou seja, a posse e portanto o controle dos meios de produção, esteja restrita a um certo número de cidadãos livres, insuficiente para determinar a massa social do Estado, enquanto os demais não detêm tal propriedade e são, portanto, proletários, chamamos de *Capitalista;* e o método pelo qual a riqueza é produzida em tal sociedade só pode ser a aplicação da mão-de-obra, cuja massa determinante deve ser necessariamente proletária, à terra e ao capital, de tal forma que, do total da riqueza produzida, o proletariado que trabalha receba apenas uma parte.

As duas marcas, então, que definem o Estado Capitalista são: (1) Que os cidadãos são politicamente livres: podem, a seu critério, dispor ou não de suas posses ou trabalho, mas também (2) dividem-se em capitalistas e proletários, em proporções tais que o Estado como um todo não seja caracterizado pela instituição da posse entre cidadãos livres, mas pela restrição da posse a uma parcela marcadamente menor que o todo, ou mesmo a uma pequena minoria. Tal E*stado Capitalista* divide-se essencialmente em duas classes de cidadãos livres, uma sendo capitalista ou proprietária, e a outra sendo proletária ou não-proprietária.

Minha última definição diz respeito ao Estado Servil em si, e, visto que esta idéia é razoavelmente nova e também o assunto deste livro, hei de não apenas enunciar, mas expandir sua definição.

A definição do Estado Servil é a que segue:

[7] Salvo neste sentido especial de "coletivista", a palavra "socialista" ou não tem um significado claro, ou é usada como sinônimo de palavras mais antigas e conhecidas. [N. do A.]

"O arranjo da sociedade em que o número de famílias e indivíduos compelidos pela lei positiva a trabalhar em benefício de outras famílias e indivíduos é tão grande a ponto de imprimir sobre a comunidade inteira a marca desse trabalho, chamamos de Estado Servil."

Note-se, primeiro, certas limitações negativas no enunciado acima, que devem ser entendidas com clareza se não quisermos deixar o pensamento claro perder-se numa névoa de metáforas e retórica.

Não é servil uma sociedade em que os homens sejam, de modo inteligente, constrangidos a trabalhar por entusiasmo, ou por algum preceito religioso, ou indiretamente pelo medo da miséria, ou diretamente pelo amor ao ganho, ou pelo senso comum que os ensina que pelo trabalho é possível aumentar o bem-estar.

Existe uma linha demarcatória clara entre a condição servil e a não-servil de trabalho, e as condições vigentes de ambos os lados desta linha diferem profundamente entre si. Onde há *coerção* aplicável por *lei positiva* aos homens de determinado *status*, e tal coerção é imposta, em último recurso, pelos poderes à disposição do Estado, existe a instituição da *escravidão*; e se tal instituição for suficientemente expandida, pode-se dizer que o Estado inteiro repousa sobre uma base servil, e é um Estado Servil.

Onde tal *status* formal e legal está ausente, as condições não são servis; e a diferença entre a servidão e a liberdade, apreciável em milhares de detalhes da vida real, resplandece sobretudo nisto: que o homem livre pode recusar trabalho e usar tal recusa como instrumento de *barganha*; ao passo que o escravo não possui tal instrumento ou poder de barganha em absoluto, mas depende, para seu bem-estar, do costume da

sociedade, amparado na regulação daquelas suas leis que protejam e garantam o escravo.

Em seguida, observe-se que o Estado não é servil meramente porque se pode encontrar a instituição da escravidão em algum lugar dentro de suas fronteiras. O Estado é apenas servil quando um corpo considerável de mão-de-obra forçada é afetado pela jurisdição da lei positiva, a ponto de caracterizar a comunidade como um todo.[8]

Similarmente, não é servil o Estado onde *todos* os cidadãos estão sujeitos a submeter suas energias à coerção da lei positiva e devem trabalhar segundo a discrição dos funcionários do Estado. Por metáfora genérica e para fins retóricos, os homens que repudiam o Coletivismo (por exemplo) ou a disciplina de um regimento, falarão das condições "servis" de tais organizações. Mas, para fins de uma definição estrita e de clareza, é essencial lembrar que uma condição servil só existe em contraste com uma condição livre. A condição servil está presente na sociedade apenas quando também está presente o cidadão livre, em cujo benefício o escravo trabalha sob a coerção da lei positiva.

Novamente, deve-se notar que a palavra "servil" de forma alguma conota o pior, ou sequer, necessariamente, um mau arranjo para a sociedade. Este ponto é tão claro que mal deveria nos deter; mas dei-me conta de que a confusão entre o uso retórico e o uso preciso da palavra *servil* constrange a

[8] Esta definição assemelha-se à definição de *modo de produção* formulada pelo historiador marxista Moses I. Finley. Para este, o modo de produção é caracterizado pelo tipo de relação de trabalho predominante em uma sociedade, mesmo que nesta coexistam outros tipos de relação. V. FINLEY, Moses I. *Econômia e sociedade na Grécia antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1989 [N. do E.]

discussão pública do assunto, de forma que preciso enfatizar novamente o que deveria ser auto-evidente.

A discussão sobre se a instituição da escravidão é boa ou má, ou relativamente melhor ou pior do que outras instituições alternativas, não tem absolutamente nada a ver com a definição exata dessa instituição. Assim, a Monarquia consiste em lançar a responsabilidade pela direção da sociedade sobre um indivíduo. Pode-se imaginar um romano do século I d.C. louvando o novo poder imperial, mas que, devido a uma tacanha tradição contra os "reis", jura que jamais toleraria uma "monarquia". Tal sujeito teria sido um crítico muito inepto dos assuntos públicos sob Trajano, mas não mais inepto do que um homem que jura que nada o tornará um "escravo", embora esteja bastante disposto a aceitar leis que o compelem a trabalhar sem seu consentimento, sob a égide da lei pública e em termos ditados por outros.

Muitos argumentariam que um homem assim compelido ao trabalho, garantido contra a insegurança e contra a insuficiência de comida, moradia e vestuário, com a promessa de subsistência para a velhice, e um conjunto similar de vantagens para a posterioridade, estaria muito melhor do que um homem livre sem nada dessas coisas. Mas o argumento não afeta a definição vinculada à palavra servil. Um cristão devoto de vida sem manchas, vagando sobre as correntes gélidas na noite do Ártico, sem comida ou qualquer perspectiva de socorro, não está em circunstâncias tão confortáveis quanto o Quediva do Egito;[9] mas seria loucura se,

[9] Título usado pelo vice-rei do Egito durante o período Otomano. [N. do E.]

a fim de estabelecer a definição das palavras "cristão" e "maometano", levássemos esse contraste em consideração.

Devemos, então, ao longo de todo esta investigação, aferrarmo-nos estritamente ao aspecto econômico do caso. Apenas quando isto estiver estabelecido e a tendência moderna à restauração da escravidão estiver clara, é que estaremos livres para discutir as vantagens e desvantagens da revolução pela qual estamos passando.

Deve-se ainda compreender que a marca essencial da Instituição Servil não depende da posse de escravos por um determinado senhor. Que a instituição da escravidão tenda a essa forma sob as várias forças que compõem a natureza humana e a natureza social, é bastante provável. Que, se ou quando, a escravidão for restaurada na Inglaterra, perceba-se, com o tempo, que um dado homem é escravo não do capitalismo como um todo, mas, digamos, do Consórcio Petrolífero Shell em particular, é um desdobramento muito provável; e sabemos que, em sociedades onde a instituição era de antiguidade imemorial, tal posse direta do escravo pelo homem livre ou por uma corporação de homens livres vem a ser a regra. Mas o meu ponto é que tal marca não é essencial ao caráter da escravidão. Como uma fase inicial na instituição da escravidão, ou mesmo como uma fase permanente, marcando a sociedade por um período indefinido, é perfeitamente fácil se conceber uma classe inteira tornada servil por força da lei positiva, e compelida por tal lei a trabalhar em benefício de outra classe livre e não-servil, sem que seja permitido a homem algum o ato de posse direta sobre a pessoa do outro.

O contraste final assim estabelecido entre escravo e homem livre pode ser sustentado pelo Estado, garantindo para os *não-livres* segurança em sua subsistência, e, para os

livres, segurança de propriedade e lucros, aluguel e juros. O que marcaria o escravo em tal sociedade seria o seu pertencimento àquele conjunto ou *status* que é compelido, por uma definição qualquer, ao trabalho, sendo assim separado do outro conjunto ou *status* não compelido ao trabalho, mas livre para trabalhar ou não conforme a sua vontade.

De novo, o Estado Servil certamente existiria mesmo que um homem, sendo compelido a trabalhar apenas durante uma parte do seu tempo, fosse livre para barganhar e até acumular no tempo "livre". Os advogados de antigamente costumavam distinguir entre um servo "grosso modo" e um servo "relativo". Um servo "grosso modo" era aquele que o era perante toda a sociedade e em todos os lugares, o tempo todo, e não em relação a um senhor específico. Um servo "relativo" era servo apenas por estar a serviço de determinado senhor, sendo livre perante outros homens. Um indivíduo poderia perfeitamente ter escravos que eram apenas escravos "relativos" a um determinado tipo de emprego durante certas horas. Mas seriam escravos de qualquer forma, e se suas horas fossem muitas e a classe numerosa, o Estado que sustentam seria um Estado Servil.

Por último, recorde-se que a condição servil permanece tão real enquanto instituição do Estado quando se vincula permanente e irrevogavelmente, em qualquer momento, a um conjunto específico de seres humanos, como quando se vincula a uma classe específica por todo o prazo de vida de seus integrantes.

Desse modo, as leis do paganismo permitiam ao escravo ser emancipado por seu senhor: elas também permitiam que crianças ou prisioneiros fossem vendidos como escravos. A Instituição Servil, embora mudando perpetuamente nos elementos de sua composição, era ainda um fator imutável do

Estado. Similarmente, ainda que o Estado só sujeite à escravidão aqueles que tenham menos que determinada renda, ao mesmo tempo que deixa os homens livres para sair da classe escrava, por meio de herança ou qualquer outra forma, e sujeitos a ela na hipótese de ruína; esta classe escrava, embora flutuante em sua composição, ainda existiria de forma permanente.

Portanto, se o Estado industrial moderno criar uma lei determinando que as condições servis não se imputam àqueles capazes de receber remuneração maior que dado valor por seu trabalho, mas se imputam àqueles que ganham menos do que isso; ou se o Estado industrial moderno definir o trabalho manual de uma forma específica, tornando-o obrigatório por um intervalo de tempo específico para aqueles que o realizam, mas deixando-os livres para depois voltarem-se para outras ocupações se assim quiserem, tais distinções, embora estejam vinculadas a condições e não a indivíduos, sem dúvida instauram a Instituição Servil.

Um contingente considerável terá de consistir de trabalhadores manuais, por definição, e enquanto eles fossem assim definidos seriam escravos. Aqui, novamente, a composição da classe servil flutuaria, mas a classe seria permanente e grande o bastante para marcar toda a sociedade. Não preciso insistir no efeito prático disso: que tal classe, uma vez estabelecida, tende a ser fixa na grande maioria dos indivíduos que a compõem, e que os indivíduos que nela ingressam ou dela saem tendem a ser poucos comparados à massa total.

Há um último ponto a se considerar nesta definição.

É este:

Dado que, pela natureza das coisas, uma sociedade livre deve garantir o cumprimento de um contrato (uma sociedade

livre consistindo em nada mais que a garantia de cumprimento de contratos livres), até que ponto pode ser chamada de condição servil a que resulta de contrato nominal ou efetivamente livre? Em outras palavras, um contrato de trabalho não é, independentemente da liberdade com que foi acordado, servil por sua própria natureza quando garantido pelo Estado?

Por exemplo, se eu não possuo comida ou roupas, nem detenho os meios de produção com os quais posso produzir qualquer riqueza para permuta, estou em circunstâncias tais que um detentor dos meios de produção não me permitirá acesso a esses meios, a não ser que eu assine um contrato para servi-lo por uma semana em troca de um pagamento de mera subsistência. O Estado, ao garantir o cumprimento desse contrato, não me torna escravo por uma semana?

Obviamente que não. Pois a instituição da escravidão pressupõe uma certa atitude mental, tanto do homem livre quanto do escravo, um hábito de vida em ambos, e a marca de ambos esses hábitos sobre a sociedade. Nenhum efeito desse tipo é produzido pela garantia de um contrato de uma semana. Tal é a duração da vida humana e a perspectiva da posteridade, que o cumprimento desse contrato de forma alguma fere os sentidos de liberdade e escolha.

Mas e quanto a um mês, um ano, dez anos, uma vida inteira? Suponha um caso extremo, e um homem miserável que assina um contrato obrigando a si mesmo e a seus filhos ainda menores de idade a trabalhar pela mera subsistência até a morte, ou até a maioridade dos filhos, o que demorar mais. Estaria o Estado, ao garantir esse contrato, tornando esse homem um escravo?

Tão claro quanto não estaria fazendo dele um escravo no primeiro caso, está-lo-ia no segundo.

Pode-se apenas dizer, perante velhas dificuldades sofísticas desse tipo, que o juízo dos homens estabelece por si mesmo os limites reais de um objeto como a liberdade. O que a liberdade é ou não é, ao menos no tocante à mera medida do tempo (embora, é claro, muito mais do que o tempo esteja em jogo), o hábito humano determina; mas a garantia de um contrato de serviço que certamente, ou provavelmente, deixa lugar para uma escolha depois de encerrado, é consoante com a liberdade. A garantia de um contrato que provavelmente vinculará a vida inteira de um indivíduo não é consoante com a liberdade. Um que impute a servidão aos herdeiros naturais de um homem é intolerável à liberdade.

Considere-se outro ponto no sentido contrário. Um homem compromete-se a trabalhar, e seus filhos depois dele, tanto quanto a lei lhe permita em determinada sociedade, mas isto não para mera subsistência, mas por um salário tão grande que ele ficaria rico em alguns anos e, na posteridade, quando o contrato estiver cumprido, ainda mais rico. O Estado, ao garantir tal contrato, faria desse afortunado homem um escravo?

Não, pois está na essência da escravidão que ao escravo seja assegurada a subsistência ou pouco mais que isso. A escravidão existe para que os livres sejam beneficiados por sua existência, e conota uma condição na qual os homens sujeitos a ela podem demandar uma existência segura, mas pouco mais que isso.

Se alguém resolvesse traçar uma linha precisa, dizendo que um contrato vitalício garantido por lei fosse escravidão a partir de determinado valor semanal, mas deixasse de ser escravidão acima dessa margem, tal esforço seria loucura. Apesar disso, existe um padrão de subsistência em qualquer sociedade, abaixo do qual (ou pouco mais do que isso) a

obrigação de trabalhar sob coerção é escravidão, enquanto a garantia de bem mais não é escravidão.

Este malabarismo verbal poderia se prolongar. É um tipo de dificuldade verbal que aparece em toda investigação aberta ao debatedor profissional, mas de nenhum efeito sobre a mente do investigador honesto cuja ocupação não seja a dialética, mas a verdade.

É sempre possível, estabelecendo um corte seccional em um conjunto de definições, propor uma dificuldade de grau irrespondível, mas isso nunca afetará as realidades em discussão. Sabemos, por exemplo, o que se pretende dizer por tortura quando ela está presente em um código de leis, e quando é proibida. Nenhuma dificuldade imaginária de grau entre puxar o cabelo de alguém e escalpelá-lo, entre aquecê-lo e queimá-lo vivo, irá perturbar um reformador determinado a extirpar a tortura de um código penal.

Da mesma forma, sabemos o que é e o que não é trabalho compulsório, e o que é e o que não é o *status* servil. O critério, repito, é privar um homem de seu direito de escolher se vai trabalhar ou não, aqui ou acolá, para tal ou qual objetivo; e obrigá-lo por lei positiva a trabalhar em benefício de outros que não recaem nessa mesma obrigatoriedade.

Onde se tem *isso*, tem-se escravidão: com todas as múltiplas conseqüências, espirituais e políticas, dessa ancestral instituição.

Onde existe escravidão afetando uma classe tão grande a ponto de marcar e determinar o caráter do Estado, aí se tem o Estado Servil.

Para resumir, então: o Estado Servil é aquele no qual encontramos um corpo tão considerável de famílias e indivíduos distintos dos *cidadãos livres* pela marca do trabalho compulsório, a ponto de imprimir um caráter geral

na sociedade; e todas as principais características, boas ou más, associadas à instituição da escravidão, permearão esse Estado, estejam os escravos direta e pessoalmente vinculados a seus senhores, apenas indiretamente vinculados por intermédio do Estado, ou vinculados de uma terceira forma, pela subserviência a certas corporações ou setores da indústria. O escravo assim compelido a trabalhar estará destituído dos meios de produção, e obrigado por lei a trabalhar em benefício de todos ou de quem quer que tenha posses. E a marca distintiva do escravo deriva da ação especial sobre ele de uma lei positiva que, em primeiro lugar, separa um corpo de homens, os menos livres, de outro, os mais livres, em função de um contrato dentro do corpo geral da comunidade.

Ora, foi de uma concepção puramente servil da produção e dos arranjos sociais que nós, europeus, surgimos. O passado imemorial da Europa é um passado servil. Durante alguns séculos que a Igreja edificou, permeou e formou, a Europa foi gradualmente liberta, ou divorciada, dessa concepção imemorial e fundamental de escravidão; é para esta concepção, para esta instituição, que nossa sociedade industrial, ou capitalista, agora se dirige novamente. Estamos restaurando o escravo.

Antes de proceder a uma prova disso, farei uma digressão, nas próximas páginas, esboçando muito brevemente o processo pelo qual a antiga escravidão pagã foi convertida em uma sociedade livre alguns séculos atrás. Hei então de alinhavar o processo subseqüente pelo qual a nova sociedade não-servil foi desmantelada na época da Reforma em certas áreas da Europa, particularmente na Inglaterra. Produziu-se gradualmente em seu lugar a fase transitória da sociedade (agora se aproximando do fim) chamada genericamente de *capitalismo* ou *Estado capitalista*.

Tal digressão, sendo puramente histórica, não é logicamente necessária para a consideração de nosso tema, mas é de grande valor para o leitor, visto que o conhecimento de como, na realidade, as coisas caminharam, capacita-nos a entender melhor o processo lógico pelo qual elas tendem a um objetivo específico no futuro.

Seria possível provar a tendência em direção ao Estado Servil na Inglaterra de hoje para um homem que nada soubesse do passado da Europa; mas esta tendência lhe parecerá muito mais razoável e provável, muito mais uma questão de experiência e menos uma questão de mera dedução, se ele souber o que nossa sociedade foi outrora, e como ela se transformou no que conhecemos hoje.

SEÇÃO DOIS

NOSSA CIVILIZAÇÃO ERA ORIGINALMENTE SERVIL

NÃO IMPORTA EM QUAL CAMPO do passado europeu façamos nossa investigação, encontramos, de há dois mil anos para trás, uma instituição fundamental sobre a qual a totalidade da sociedade repousa; esta instituição fundamental é a Escravidão.

Não há aqui qualquer distinção entre as civilizadíssimas cidades-estados do Mediterrâneo, com suas letras, suas artes plásticas e seus códigos legais, com tudo o que perfaz uma civilização — e isto remontando muito além de qualquer registro sobrevivente —, não há aqui qualquer distinção entre esse corpo civilizado e as sociedades nortenhas e ocidentais das tribos celtas, ou das pouco conhecidas hordas que vagavam pelas Alemanhas. Todas, indistintamente, repousavam sobre a escravidão. Trata-se de uma concepção fundamental da sociedade, presente em todo lugar e em lugar algum contestada.

Há uma distinção (ou aparenta haver) entre europeus e asiáticos neste quesito. A religião e a moral de um divergem tanto em suas origens das do outro, que esse contraste é sentido em todas as instituições sociais — e a escravidão entre elas.

Mas com isso não precisamos nos ocupar. O que quero dizer é que nossos antepassados europeus, aqueles homens de quem descendemos e cujo sangue corre, com pouca mistura, em nossas veias, tomavam a escravidão como um dado natural: fizeram dela o pivô econômico em torno do qual girava a produção de riqueza e nunca duvidaram que ela não fosse senão normal em todas as sociedades humanas.

Entender isso é de importância capital.

Um arranjo de tal sorte não teria resistido sem intervalo (e de fato sem ser questionado) por tantos séculos, nem o veríamos surgir completamente pronto daquele vasto espaço de tempo sem registro em que a barbárie e a civilização floresciam lado a lado na Europa, se não houvesse algo nele, bom ou mau, que fosse nativo ao nosso sangue.

Estava fora de questão, nessas sociedades antigas das quais viemos, transformar as raças subjugadas em escravas pela força das raças conquistadoras. Isto tudo é adivinhação das universidades. Não apenas não há nenhuma prova disso, como toda prova existente vai no sentido contrário. Os gregos possuíam escravos gregos, os latinos possuíam escravos latinos, os germânicos, escravos germânicos, os celtas, escravos celtas. A tese de que "raças superiores" invadiam um território e, ou expulsavam os habitantes originais, ou os reduziam a escravos, é uma tese que não encontra argumentos em nosso atual conhecimento da mente humana, nem indícios históricos. Com efeito, o traço mais evidente da base servil sobre a qual o paganismo se firmava era a igualdade humana reconhecida entre senhor e escravo. O senhor podia matar o escravo, mas ambos eram de uma mesma raça e ambos se viam como humanos.

Esse valor espiritual não foi, como tendem a sonhar perniciosas teorias especulativas, um "salto" ou um

"progresso". A doutrina da igualdade humana era inerente à própria essência da Antiguidade, como é inerente àquelas sociedades que não perderam a tradição.

Podemos presumir que o bárbaro do Norte compreenderia essa grande verdade com menos facilidade que o homem civilizado do Mediterrâneo, porque a barbárie, em toda parte, dá mostras de um retrocesso em potência intelectiva; mas a prova de que a Instituição Servil era um arranjo social, e não uma distinção de gênero, fica patente pela coincidência, em todo lugar, da emancipação e da escravidão. A Europa pagã não só considerava a existência de escravos uma necessidade natural da sociedade, mas igualmente que ao conceder a um escravo sua liberdade, o homem emancipado iria naturalmente ingressar, embora talvez após o intervalo de alguma linhagem, nas fileiras da sociedade livre. Grandes poetas e grandes artistas, estadistas e soldados, pouco se incomodavam com a memória de uma ancestralidade servil.

Por outro lado, havia um recrutamento perpétuo para a Instituição Servil, assim como havia uma emancipação perpétua dela, procedendo ano após ano; e o método normal, ou natural, de recrutamento é-nos mais claramente visível nas sociedades simples e bárbaras que a observação dos pagãos civilizados contemporâneos nos permite julgar.

Era a pobreza que gerava o escravo.

Prisioneiros de guerra tomados em combate propiciavam um método de recrutamento, e havia também a captura de homens por piratas em terras remotas e sua subseqüente venda nos mercados de escravos do Sul. Mas, desde logo, a causa do recrutamento e do permanente apoio à instituição da escravidão estava na indigência do homem que se vendeu para a escravidão, ou nela nasceu; pois era uma

regra da escravidão pagã que o escravo gerava o escravo, e que mesmo se um dos pais fosse livre, o filho era um escravo.

A sociedade antiga, portanto, normalmente se dividia (como se divide, enfim, a sociedade de qualquer Estado Servil) em seções claramente demarcadas: havia, de um lado, o cidadão com voz na condução do Estado, que freqüentemente trabalhava — mas o fazia de livre e espontânea vontade — e que normalmente dispunha de posses; e, de outro, uma massa destituída de meios de produção e compelida por força da lei positiva a trabalhar sob ordens.

É verdade que, no posterior desenvolvimento da sociedade, o acúmulo de reservas pessoais por um escravo era tolerado, e que escravos assim favorecidos às vezes compravam sua liberdade.

É também verdade que, na confusão das últimas gerações pagãs, surgiu em algumas das grandes cidades uma classe considerável de homens que, embora livres, não detinham meios de produção. Mas estes últimos nunca existiram em proporção suficiente para marcar todo o Estado da sociedade com um caráter derivado de sua própria circunstância proletária. Até o fim, o mundo pagão permaneceu um mundo de proprietários livres, detentores, em vários graus, de terra e capital com que produzir riqueza, e que aplicavam nessa terra e nesse capital, com o propósito de produzir riqueza, o trabalho compulsório.

Certas características desse Estado Servil original do qual todos viemos devem ser cuidadosamente assinaladas à guisa de conclusão.

Em primeiro lugar, embora todos hoje em dia contrastem a escravidão com a liberdade em vantagem desta última, naquela época os homens aceitavam livremente a escravidão como alternativa à indigência.

Segundo (e isto é importantíssimo para nosso julgamento da instituição servil como um todo, e das chances de seu retorno), em todos aqueles séculos não se encontra qualquer esforço organizado, nem (muitíssimo significativo) qualquer *protesto de consciência* contra a instituição que condenava o grosso da humanidade ao trabalho forçado.

Pode-se encontrar menções aos escravos nos exercícios literários da época, lamentando sua sina – e fazendo piadas a respeito; alguns filósofos reclamam que uma sociedade ideal não teria escravos; outros escusam o estabelecimento da escravidão com base em tal ou qual argumento, enquanto garantem que ela ofende a dignidade humana. A maior parte argumenta que o Estado é necessariamente servil. Mas ninguém, escravo ou livre, sonha em abolir ou mesmo mudar essa realidade. Não há mártires argumentando pela "liberdade" em oposição à "escravidão". As ditas guerras servis são uma resistência por parte de escravos fugidos contra tentativas de recaptura, mas não são acompanhadas de uma afirmação da servidão como algo intolerável; nem se toca nisto, absolutamente, desde os incógnitos primórdios até os finais católicos do mundo pagão. A escravidão é repugnante, indigna, deplorável; mas faz parte, para eles, da natureza das coisas.

Pode-se dizer, para ser breve, que esse arranjo social era o ar mesmo que a Antiguidade pagã respirava.

Suas grandes obras, seu lazer e sua vida doméstica, seu humor, suas reservas de força, tudo dependia do fato de que a sociedade era aquela do Estado Servil.

Os homens estavam felizes com esse arranjo, ou ao menos tão felizes quanto os homens sempre são.

A tentativa de escapar da condição servil por meio de um esforço pessoal, seja de poupança, de aventura, ou de lisonja

para com um senhor, nunca teve tanto poder de resolução quanto muitos demonstram hoje na tentativa de escapar das fileiras dos assalariados para as dos empregadores. A servidão não lhes parecia um inferno ao qual seria preferível a morte, ou do qual um homem se elevaria a qualquer custo. Era uma condição aceita por aqueles que dela padeciam tanto quanto por aqueles que dela se aproveitavam, e uma parte perfeitamente necessária de tudo aquilo que os homens faziam e pensavam.

Não se encontrará nenhum bárbaro de algum lugar livre espantado com a instituição da escravidão; não se verá nenhum escravo apontando para uma sociedade na qual a escravidão era desconhecida como um lugar melhor. Para nossos ancestrais, não apenas naqueles poucos séculos em que temos registro de suas ações, mas aparentemente durante um passado ilimitável, a divisão da sociedade entre aqueles que devem trabalhar sob coerção, e aqueles que se beneficiam desse trabalho, era a configuração mesma do Estado – fora da qual eles mal podiam cogitar a própria existência da sociedade.

Que tudo isso seja claramente entendido. É fundamental para uma compreensão do problema diante de nós. A escravidão não é uma experiência inaudita na história da Europa; nem está sofrendo de delírios quem fala da escravidão como algo aceitável para os europeus. A escravidão foi a substância mesma da Europa por milhares e milhares de anos, até a Europa engajar-se naquele experimento moral chamado *Fé*, que muitos acreditam já estar encerrado e descartado, e cujo fracasso sugere o retorno da antiga e primordial instituição da escravidão.

Pois ocorreu-nos a nós, europeus, após todos esses séculos, e séculos de uma ordem social bem-assentada, erigida

sobre a escravidão enquanto fundamento seguro, o experimento chamado Igreja Cristã.

Um dos resultados desse experimento, emergindo muito lentamente do velho mundo pagão e consumado não muito antes do naufrágio da própria Cristandade, foi a gradualíssima transformação do Estado Servil em outra coisa: uma sociedade de proprietários. E como esta outra coisa se originou do Estado Servil pagão eu explicarei a seguir.

CONCLUSÃO

É POSSÍVEL RETRATAR UM grande movimento social do passado com precisão e minúcias caso se disponha do tempo necessário para a pesquisa e se consiga dar-lhe uma certa coordenação pela qual uma grande massa de informações possa ser integrada e dotada de unidade.

Tal tarefa raramente é cumprida, mas não excede os poderes da história.

Com respeito ao futuro, ocorre o contrário. Ninguém pode dizer, mesmo em seu aspecto mais amplo ou em sua linha estrutural principal, como será esse futuro. Pode-se apenas apresentar as principais tendências de uma época: pode-se apenas determinar a equação da curva e presumir que essa equação se aplicará mais ou menos aos próximos desdobramentos.

Até onde consigo julgar, as sociedades que romperam com a continuidade da civilização cristã no século XVI — grosso modo, norte da Alemanha e Grã-Bretanha — tendem, no presente, à restauração do *Status* Servil. Ele será diversificado por acidentes locais, modificado pelo caráter regional, encoberto sob muitas formas. Mas virá.

Que a mera anarquia capitalista não pode perdurar está patente a todos os homens. Que apenas pouquíssimas soluções existem para ela deve estar igualmente patente a todos. De

minha parte, conforme expus nestas páginas, acredito não haver mais de duas: uma reação em direção à propriedade bem partilhada ou a restauração da servidão. Não consigo acreditar que o coletivismo teórico, que vem fracassando tão cabalmente, dará forma, algum dia, a uma sociedade viva e real.

Mas a minha convicção de que a restauração do *Status* Servil é iminente na sociedade industrial não me induz a nenhuma profecia esquálida e mecânica de como será o futuro da Europa. A força da qual estive falando não é a única força em jogo. Há um complexo entrelaçamento de forças presente por baixo de todas as nações outrora cristãs; velhos fogos que ardem sem chama.

Ademais, é possível apontar as sociedades européias que com toda a certeza rejeitarão tal solução para o nosso problema capitalista como justo aquelas sociedades que rejeitaram ou suspeitaram do próprio capitalismo, e rejeitaram ou suspeitaram da organização industrial que até há pouco se identificava com o "progresso" e o bem-estar nacional.

Essas sociedades são em geral as mesmas que, na grande tempestade do século XVI — o episódio capital da história da cristandade — se apegaram à tradição e resguardaram a continuidade dos valores morais. Em especial entre elas deve se notar hoje a França e a Irlanda.

Registraria como uma impressão, e não mais do que isso, que o Estado Servil, forte como é a maré em sua direção na Prússia e na Inglaterra de hoje, será modificado, contido, talvez derrotado em guerra, certamente barrado em sua tentativa de plena instauração, pela forte reação que essas sociedades mais livres exercerão perpetuamente sobre o seu flanco.

A Irlanda optou por um campesinato livre, e nossa geração viu a sólida fundação dessa instituição se assentar. Na França, os muitos experimentos que em outros lugares introduziram o Estado Servil foram rejeitados desdenhosamente pela população, e (da maior relevância!), uma recente tentativa de registrar e "assegurar" os artesãos como uma categoria à parte de cidadãos desfez-se em face de um desprezo viril e universal.

Que este segundo fator, a presença de sociedades livres, nos desdobramentos futuros venha a destruir a tendência ao Estado Servil em outras partes, não é algo que eu afirme. Mas acredito que irá modificar essa tendência, certamente pelo exemplo e possivelmente por um ataque direto. E assim como estou em geral esperançoso de que a Fé irá recuperar seu lugar íntimo e condutor no coração da Europa, creio que esta queda para o nosso paganismo original (pois a tendência ao Estado Servil nada mais é do que isso) será no devido momento interrompida e revertida.

Videat Deus.

O Estado servil

Foi composto em caracteres da família Walbaum e impresso sobre papel pólen 80g em agosto de 2017 para a editora Danúbio

PELA PRIMEIRA VEZ NO BRASIL, O CLÁSSICO QUE INFLUENCIOU PENSADORES COMO FRIEDRICH HAYEK E G.K. CHESTERTON.

"Ao denunciar a tendência monopolista do capitalismo e ao desacreditar o socialismo como autêntica alternativa, Belloc propõe, ainda que de modo embrionário, um novo caminho: o distributismo, que nada mais é do que uma teoria econômica fundamentada nos princípios expostos pelo papa Leão XIII na Encíclica Rerum Novarum.

O ponto central do distributismo é a defesa da pequena propriedade, entendida como condição básica ao desenvolvimento do homem, ao exercício da liberdade e ao atingimento da sua felicidade. "

Do prefácio de Rhuan Reis do Nascimento

distribuição:

cedet

EDITORA DANUBIO

9 788567 801117

www.editoradanubio.com.br